



**XVIII REUNIÃO
DE DIRETORES DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL OU EQUIPARADOS
DOS ESTADOS-MEMBROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

ATA

Lisboa, 30 e 31 de outubro de 2023

Decorreu, nos dias 30 e 31 de outubro de 2023, em Lisboa, Portugal, a XVIII Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional ou Equiparados dos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (DPDN/CPLP).

Os trabalhos desenrolaram-se sob a Presidência de Portugal, por S.Exa. Major-General Nuno Lemos Pires, que na sua intervenção inicial agradeceu a presença de todos, referindo a enorme satisfação e honra em presidir esta Reunião. Participaram da Reunião os representantes de **Angola**, Tenente-General Luís Inácio Muxito, Diretor Nacional de Política de Defesa (DNPD); do **Brasil**, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Walcyr Josué De Castilho Araújo, Chefe de Assuntos Estratégicos (CAE); **Cabo Verde**, Dra. Carla Semedo Monteiro, Diretora do Gabinete da Ministra da Defesa Nacional, em representação do Diretor Nacional da Defesa (DND); **Guiné-Bissau**, Brigadeiro-General Mama Jaquité, Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional (interino) (DGPDN); **Guiné Equatorial**, Sub-Tenente Fernando Isaiás Ondo Nhang, Representante do Diretor-Geral de Cooperação Militar (DGCM); **Moçambique**, Major Gisene Adnes Utui Zualo Chavane, Chefe do Departamento de Relações Multilaterais, em representação do Diretor Nacional de Política de Defesa (DNPD); **Portugal**, Major-General Nuno Lemos Pires, Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN); **São Tomé e Príncipe**, Dr. Kenente Forres Duarte do Nascimento, Diretor de Política de Defesa Nacional (DPDN) e **Timor-Leste**, Coronel Mário Baptista 'Bersama', Representante do Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN).

Participaram, também, o Diretor do Centro de Análise Estratégica (CAE/CPLP), Coronel Armindo Sá Nogueira Miranda, a Coordenadora-adjunta do Fórum de Saúde Militar da CPLP (FSM/CPLP), Major Sílvia Machado Sousa, o representante do Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP), Dr. Miguel Levy, a Inspetora Cristina Ramos da Inspeção-Geral de Defesa Nacional



(IGDN) e a representante do Núcleo Permanente do SPAD, Dr.^a Mariana Graça, que secretariou a Reunião e elaborou a presente Ata.

Em seguida, apresentadas as Delegações, o Presidente do Órgão deu início aos trabalhos.

1. Aprovação da Agenda (apresentação, sugestões e aprovação)

O Major-General Nuno Lemos Pires apresentou a agenda de trabalhos (**Anexo A**), que foi submetida à consideração do plenário, tendo sido questionado pelo Dr. Kenente sobre o ponto 11, ao qual lhe foi dito que seria analisado em sede própria. Mais informou o Centro De Análise Estratégica (CAE) que pretendia incluir no ponto 12 da agenda o relatório de contas, pelo que, nada mais a acrescentar, foi aprovada por unanimidade, tendo, por indicação do Diretor-Geral de Portugal, o Coronel Henrique Mateus prosseguido com a reunião.

2. Análise das questões internacionais e das implicações político-militares no contexto regional para os Estados-Membros da CPLP - atualização

a. Informe do Diretor do Centro de Análise Estratégica (CAE) da CPLP

Neste ponto, o representante do CAE destacou a situação em Timor-Leste, a situação político-militar da China, fez um breve resumo das preocupações da guerra Rússia-Ucrânia e, ainda, sobre a mais recente invasão do Hamas em Israel.

b. Intervenção dos Diretores Política de Defesa Nacional

Angola afirma que a principal preocupação é o conflito na República Democrática do Congo, associado ao grande potencial que o país tem em recursos e que atrai muitos interesses. Afirmou que Angola tem uma força pronta para enviar para este país, aguardando resposta dos mesmos. Mais informou que tem uma preocupação com a missão em Moçambique, no âmbito da EUTM, e o destacamento aéreo que tem no âmbito da SAMIM. Por último, afirma estar preocupado com a mobilidade na CPLP, tendo o Presidente da República anunciado a

Mariana Graça

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]



supressão da necessidade de obtenção de vistos por parte dos cidadãos da CPLP. Mais informou que acolheu a 147.^a Assembleia da União Interparlamentar.

Brasil afirmou ter a prioridade no Atlântico Sul e na Amazónia. Mencionou a preocupação com os acontecimentos em Israel e em Gaza, conflito que esperam que não se arraste. Para tal, o governo brasileiro desencadeou a operação “Voltando em paz”, que resultou no repatriamento de 1413 cidadãos brasileiros. Referiu-se ainda à operação GUINEX, onde são intervenientes o Brasil e os países da África Ocidental, nomeadamente do Golfo da Guiné.

Cabo Verde por sua vez, destacou a importância da cooperação bilateral com os países membros da CPLP no domínio da defesa e técnico militar no âmbito da segurança marítima, particularmente por meio da iniciativa Mar Aberto e outras operações realizadas, que desempenham um papel de extrema relevância na sua Zona Económica Exclusiva (ZEE). Ainda aproveitou o momento para agradecer a todos os Países da CPLP pelo trabalho conjunto e pelos resultados até agora alcançados no seio da comunidade.

Guiné-Bissau referiu que, dos quatro golpes de estado da sua sub-região, a maior preocupação recai sobre a Guiné-Conacri, com a qual as fronteiras estão abertas, não tendo controlo, permitindo assim a entrada de qualquer elemento. Fez ainda referência à colocação no país das duas embarcações de alta velocidade que irão permitir exercer a soberania nas suas águas territoriais. Estão a proceder à reforma na área da defesa e da segurança. Aludiu ainda às relações com a Missão de Apoio à Estabilização da CEDEAO na Guiné-Bissau presente no país, que melhoraram.

Guiné-Equatorial falou sobre pirataria marítima, a situação da Rússia e em Israel e que tudo isto os leva a rever a dinâmica político-militar. Referiu também a importância do Colégio de Defesa e a iniciativa Mulheres, Paz e Segurança. Realçou o trabalho que está a ser desenvolvido no âmbito da CPLP (**Anexo B**).

Moçambique comunicou que a situação no país se encontra estável, apesar da região de Cabo Delgado se manter no topo das preocupações. Enalteceu a derrota de um ex-líder dos ataques terroristas, bem como de alguns dos seus membros. Afirmou que o setor de defesa



está a acompanhar o processo eleitoral, com a devida atenção e responsabilidade sem interferência nos processos políticos (**Anexo C**).

Portugal afirma que “o mundo não está fácil”, encontrando-nos a viver 3 guerras em 6 frentes. A primeira, na Ucrânia-Rússia, com todas as questões dos alimentos, energia e eventual expansão do conflito, a segunda de Israel contra o Hamas, na Faixa de Gaza e com a eventual escalada para uma guerra regional alargada (Cisjordânia, Líbano e Irão), a terceira, e última, prende-se com o SAHEL, onde os jihadistas ganham terreno, e na frente mar/terra/mar, desde o Golfo da Guiné, indo para além do Iémen. Frisou que é nestes momentos que se nota a importância de organizações como a CPLP, que partilham de uma língua e valores comuns. Na continuação da iniciativa CIMIC, para além da formação já ocorrida, propôs que se pudesse avançar no sentido de encontrar o melhor caminho para o emprego de uma célula em missões.

São Tomé e Príncipe afirmou que a situação no país está calma. Sobre o processo judicial que decorre no âmbito dos acontecimentos de 25 de novembro de 2022, informou que os intervenientes civis já estão a ser julgados no competente tribunal e os militares envolvidos serão julgados em tribunal militar. Salientou a forma como decorreu a Cimeira dos Chefes de Estado e Governo da CPLP, agradecendo o apoio de todos os EM. Apontou as dificuldades que o país vive na área financeira e que recentemente implementou o IVA, o que veio agravar esta situação. Afirma estar profundamente empenhado na valorização estratégica e económica do seu espaço marítimo, na exploração sustentada, na preservação dos recursos do ambiente marinho e no desenvolvimento da economia azul (**Anexo D**).

Timor-Leste informou que o país tem novo governo e que as estruturas estão em reajustamento, produção e revisão das leis, durante um período de 120 dias. Salientou a adesão à ASEAN, onde detém o estatuto de observador, prevendo obter o estatuto de membro permanente em 2025 sendo pretensão do país enviar um adido militar para junto da ASEAN e um adido de defesa para a CPLP, em Moçambique.

O **representante do Secretariado Executivo** referiu a importância do Acordo de Mobilidade na facilitação efetiva da circulação de pessoas no espaço da CPLP, tendo destacado as



alterações introduzidas na legislação nacional em vários Estados-Membros, o que permite concretizar as modalidades de mobilidade previstas no acordo. Recordou que o acordo foi ratificado por todos os Estados-Membros num curto espaço de tempo, e que esta matéria muito contribui para aproximar a Organização dos seus cidadãos. Na mesma linha, destacou que o tema da presidência de São Tomé e Príncipe, 'Juventude e Sustentabilidade', contribuirá, igualmente, para reforçar esta dinâmica de colocar entre as prioridades da Organização temas que procuram responder às preocupações dos cidadãos.

3. Célula CIMIC/CPLP: ponto de situação

Para abordar este assunto, o Coronel Mateus fez um ponto de situação dos trabalhos desenvolvidos sobre a célula CIMIC/CPLP aprovada na reunião de Ministros da Defesa Nacional ou Equiparados de 25 de maio em 2022 em Cabo Verde. Relembrou ainda que foi aprovado o Memorando de Entendimento aquando da XXII Reunião de Ministros da Defesa Nacional em 30 de maio do presente ano, em Luanda.

Foi referido o sucesso do primeiro estágio inicial CIMIC, que decorreu de 21 a 25 de novembro do passado ano de 2022 no Instituto Universitário Militar (IUM), em Lisboa.

Referiu ainda o Coronel Mateus o sucesso do XV curso CIMIC de Nível Operacional (CIMICNO), que decorreu no IUM, de 16 a 27 de outubro, destacando-se a presença de 33 auditores altamente qualificados, dos quais se enaltece a participação de 14 elementos de vários Estados-membros da CPLP, nomeadamente de Angola, do Brasil, de Cabo-Verde, da Guiné-Bissau, da Guiné-Equatorial, de Moçambique e de São Tomé, onde, de entre estes, houve a participação de um elemento do sexo feminino. Tendo sido dada a palavra aos Estados-Membros, o DPDN de Portugal enalteceu a constituição desta Célula CIMIC, destacando ser algo que nos une enquanto comunidade, pelo que sugere acordarmos em indagar, junto da ONU, a possibilidade de, tendo já elementos suficientes para a constituição da célula (11 elementos), a possibilidade de ser esta célula utilizada para uma missão real, como é o caso da MINUSCA e da MONUSCO. Deste ponto partiu o Brasil, sugerindo que seja efetuado um



estudo prévio de como seria esta participação, nomeadamente o *modus operandi*, devendo chegar-se a um consenso de como o fazer, por forma a dar entrada no novo ciclo de decisão uma proposta já pensada e estruturada, tendo Angola reiterado e concordado na íntegra com a proposta do Brasil, sugerindo preparar-se e constituir-se uma célula real, com elementos já formados, que possa entrar imediatamente numa missão e não ser formada aquando da missão, por forma a ganhar tempo. Moçambique concordou com Angola, solicitando que, para futuros convites para o curso, fosse expressa a importância de haver elementos femininos a ter formação, até pela condicionante de a célula CIMIC dever conter, no mínimo, um elemento feminino. Timor questionou a terminologia "CIMIC", tendo o DPDN de Portugal sanado esta questão, pelo que o representante de Timor terminou por concordar na íntegra com o supramencionado. Cabo Verde afirmou nada a obstar tendo, no entanto, de submeter à consideração a proposta já mencionada. Foi a iniciativa parabenizada pelo Diretor do CAE, mostrando a sua disponibilidade para divulgar e passar a mensagem do trabalho efetuado neste âmbito. Mencionou ainda o DPDN de Portugal a importância de se efetuar um "roadmap" do essencial à constituição desta célula, nomeadamente de quem pode participar e em que termos, em conformidade com os princípios da ONU, onde se integrará a mesma. Foi efetuado um contributo pelo FSM, onde se indicou dever ser efetuado o estudo dos "pilares de desenvolvimento e edificação da capacidade CIMIC/CPLP". Foi determinado fazer circular através do SPAD um documento onde se realizasse e enquadrasse esta situação, sendo o *draft* inicial trabalhado numa parceria entre Portugal e Brasil. Todos os Estados-Membros concordaram.

4. GT para cooperação em Geointeligência: ponto de situação

Recordou-se, neste momento, a proposta apresentada pelo Brasil na XVI Reunião de Diretores de Política, em 2022, em Malabo, tendo dado entrada no atual ciclo de decisão de 2023, aquando da 36.ª Reunião SPAD, a criação de um GT para cooperação em Geointeligência. Foi neste momento convidada a Delegação Brasileira, proponente do tema, a tomar a palavra, onde expôs a falta de adesão às reuniões, afirmando estar dispostos a não prosseguir com





este tema para o próximo ciclo de decisão, podendo haver necessidade de amadurecer a ideia. Aproveitou, igualmente, a oportunidade para recordar que cada Estado-membro deveria diligenciar internamente para identificar um ponto focal para este GT, devendo indicá-lo ao SPAD. Assim, tomada a palavra pelos EM, foi proposto por Angola não suspender este tema, pela importância que o mesmo tem, mas sugerindo ao Brasil fazer circular, através do SPAD, um documento com caráter explicativo da importância deste GT e, bem como dos objetivos pretendidos com a criação do mesmo. Proposta acolhida por todos os EM, decidindo a manutenção do tema para o próximo ciclo de decisão da componente de defesa, reiterando o Brasil a importância de serem nomeados pontos focais de cada país, no sentido de não alongar o início desta iniciativa. O CAE disponibilizou-se para organizar de um seminário alusivo ao tema.

5. Discussão e pronúncia sobre a proposta de Código de Conduta da Componente de Defesa da CPLP para a prevenção e proteção contra todas as formas de violência sexual relacionada com os conflitos, em particular a exploração e abuso sexual

Para abordar este assunto, a Dr.^a Mariana Graça, coordenadora do Grupo de Trabalho 1325 (GT1325), fez um ponto de situação dos trabalhos desenvolvidos no âmbito deste grupo, tendo exposto os contributos dos EM, concluindo por apresentar a versão final do projeto de Código de Conduta, resultado do esforço conjunto de todos, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade para submeter aos passos subseqüentes, nomeadamente entrar no próximo ciclo de decisão para ser aprovado pelos Ministros (**Anexo E**). Neste ponto foi levantada a questão por Angola de ainda não ter sido levado ao conhecimento dos Ministros, a Declaração dos Ministros que aprova o Código de Conduta, pelo que sugere que este assunto seja levado aos mesmos até à 37.^a Reunião SPAD, onde entrará, então, no ciclo o projeto de Código (**Anexo F**).

7



6. Discussão e pronúncia sobre a proposta de Estrutura do Relatório Anual da Componente de Defesa (CODEF)

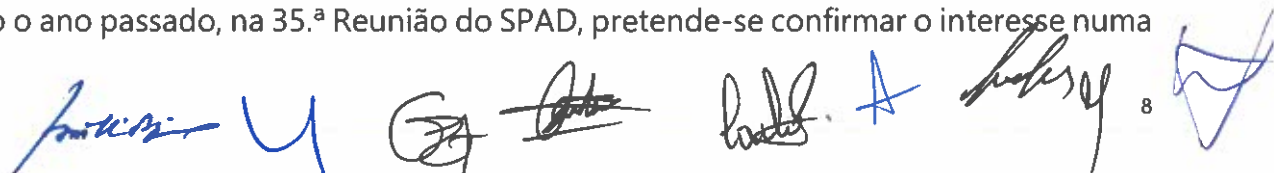
Após contextualização pelo Sr. Coronel Mateus, nomeadamente, de que este relatório anual de atividades da Componente de Defesa (designado CODEF) foi aprovado em sede da XVI Reunião de DPDN/CPLP, foi neste ponto dada a palavra ao Brasil para que melhor pudesse explicar a motivação de ter sugerido uma nova estrutura de Relatório CODEF. Explicou o Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Walcyr Araújo que se pretende com este tópico, mais do que uma apresentação, pretende-se que seja mesmo um verdadeiro relatório anual, tendo, neste momento, sido levantada por Angola a questão da nomenclatura, entendendo o Sr. Tenente-General Luis Muxito que não deveria ser retirado o termo "conclusões" por se tratar de um relatório síntese anual. Reitera o Brasil que a sua proposta pretende que este relatório seja de manuseio por todos, uma espécie de prestação de contas, pelo que deveria ter o termo "resultado". Após algum debate entre os EM, deliberou-se pela reformulação dos termos, retomando este ponto depois de almoço, já com a estrutura reformulada. Retomado este ponto, concluiu-se pela estrutura inicial "Índice: Mensagem da Presidência; A Componente de Defesa; Quem é quem; Resultados" (**Anexo G**).

7. Oferta de capacitação académica (Curso Avançado de Defesa – CAD-CPLP)

Foi, neste ponto, avançada pelo Brasil a data pretensa da realização do mesmo, tendo sido indicado o início em 09 de setembro e o fim em 09 de outubro, ambas do próximo ano de 2024. Foi ainda informada pelo Brasil a intenção de o CAD se encontrar aberto, tanto a militares, como a civis, devendo ser proposta ao ciclo de decisão de 2024 a informação administrativa por forma a, através do SPAD, ser veiculada a informação pelos EM.

8. Ponto de situação: IGDN – eventual cooperação entre inspeções de defesa

Por forma a melhor explicar e procurando dar continuidade ao tema já abordado em 2019 e recordado o ano passado, na 35.^a Reunião do SPAD, pretende-se confirmar o interesse numa

 8



eventual colaboração entre as Inspeções da Defesa Nacional ou instituições congéneres dos EM da CPLP, tendo sido dada a palavra à Inspetora Cristina Ramos, da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, a qual fez uma breve apresentação ressaltando a importância da cooperação entre Inspeções-Gerais, por forma a promover a transparência e a legalidade dos procedimentos. Foi, então sugerido pelo Brasil ser criado um momento para uma reunião por videoconferência por forma a delinear uma estratégia para, esta sim, ser levada a um segundo momento, uma reunião multilateral a ser assegurada por Angola (**Anexo H**).

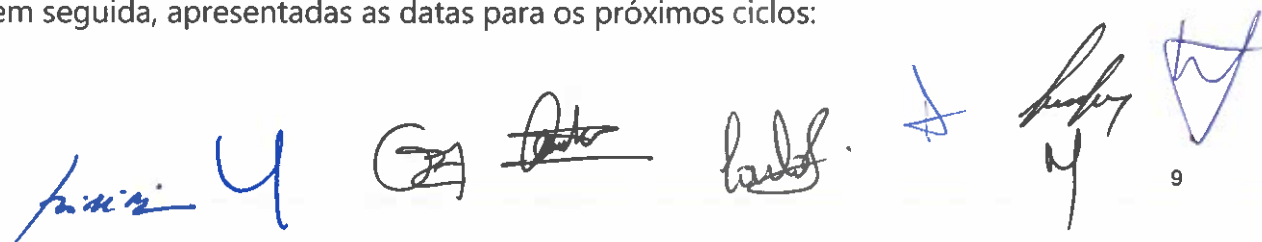
9. Colégio de Defesa:

Foi neste ponto efetuado, pela Delegação de Moçambique, um resumo da 4ª Edição do Colégio de Defesa da CPLP, a qual teve lugar, de 19 a 23 de Junho de 2023, sob o lema: O Papel da CPLP na Prevenção e Combate ao Terrorismo nos Estados Membros, e contou com a participação de 26 auditores nacionais e 09 estrangeiros. Mais informou Moçambique que foram efetuadas recomendações a dois níveis: CPLP e internas, constantes de relatório em anexo (**Anexos I e J**). Foi solicitado ao SPAD para fazer circular o relatório. Foi ainda avançada pelo Brasil a intenção de realizar o Colégio de Defesa entre 4 e 8 de março do próximo ano. Foi também avançada por Angola a intenção de realizar a 6.ª edição, pelo que solicita ao SPAD que reúna contributos sobre temas a trabalhar nesta edição.

10. Exercício FELINO:

Neste ponto, foi feito um breve resumo do exercício FELINO23 que decorreu na Guiné-Bissau, tendo o Brigadeiro-General Mama Jaquité informado que o mesmo correu bem, tendo sido um sucesso, agradecendo a colaboração e o apoio de todos os países da CPLP, com especial destaque para Portugal.

Foram, em seguida, apresentadas as datas para os próximos ciclos:





Ciclo 2023/2024 - Portugal (Forças no Terreno)

Portugal prevê que o FELINO24 se realize em maio, em data a informar oportunamente.

a. Ciclo 2025/2026 – Guiné Equatorial (EC) e Brasil (FT)

Brasil confirmou a realização, no entanto, o representante da Guiné-Equatorial apenas poderá confirmar após consultar o seu Estado.

b. Ciclo 2027/2028 – Timor-Leste (EC e FT)

O representante de Timor-Leste confirmou a realização deste exercício em ambos os formatos.

11. Calendarização de Reuniões dos Órgãos da Componente de Defesa:

O Coronel Henrique Mateus deu nota da calendarização prevista das próximas Reuniões da Componente de Defesa:

37.^a Reunião do SPAD – Portugal, março/abril 2024, a confirmar

3.^a Reunião de DSIM/CPLP – Angola, no entanto foi observado pelo Brasil a necessidade de se circular entre os EM uma proposta de agenda por forma a verificar a relevância e a pertinência da participação de cada um dos EM, através do SPAD.

25.^a Reunião de CEMGFA/CPLP – Guiné-Bissau, abril 2024, a confirmar em função das reuniões anteriores

XIX Reunião de DPDN/CPLP / XXIII Reunião de MDN/CPLP – Por determinar. A propósito destas, São Tomé e Príncipe manifestou a indisponibilidade de acolher as mesmas, tendo ficado acordado que os restantes países realizariam diligências no sentido de avaliar a possibilidade de acolher as mesmas, após documento a circular pelo SPAD.

XX Reunião DPDN/CPLP – Moçambique informou que poderá haver a possibilidade de acolher esta reunião em formato telemático, em 2024, estando a avaliar a possibilidade de acolher, em 2025, em formato presencial.



12. Outros assuntos

Havendo propostas prévias a inserir neste tópico, foi dada a palavra, por ordem de submissão de temas na agenda, previamente à sua aprovação:

- ao FSM, tendo a Coordenadora-ajunta do FSM/CPLP, Major Sílvia Sousa, efetuado o ponto de situação dos Encontros de Saúde Militar e das atividades realizadas no âmbito do Programa de Intercâmbio de Formação e Investigação em Saúde Militar, bem como das atividades em curso no âmbito das Comissões Técnicas de Biossegurança e Bioproteção e de Segurança Sanitária Mundial do FSM/CPLP. A finalizar, recordou a aprovação do envolvimento do FSM/CPLP nos exercícios militares da série FELINO, reforçando a importância, neste contexto, dos EM contribuírem com equipas e/ou peritos individuais nas atividades a desenvolver pelo FSM/CPLP no âmbito do FELINO 2024 (**Anexo K**);
- O representante do Secretariado Executivo apresentou brevemente o canal dedicado à cooperação em matéria de Defesa, que após a apresentação à presente reunião, passará a estar disponível ao público. Acrescentou que o respetivo conteúdo resulta da migração dos conteúdos constantes da página dedicada à CPLP do Ministério da Defesa de Portugal, e de diversas notícias e notas informativas que vinham sendo publicadas no portal da CPLP. Propôs uma estreita articulação com o SPAD e o CAE para efeitos de colocação de novos conteúdos;
- Foi, de seguida, dada a palavra ao Coronel Armindo Sá Miranda, o qual fez uma breve exposição da proposta do novo estatuto que deu origem à nova orgânica, para ser submetida ao processo de decisão da componente de defesa da CPLP, sendo sua intenção a apresentação ao SPAD para que este o difunda para recolha de contributos (**Anexo L**);
- Por último, foi analisada a questão suscitada pelo Brasil – *Protocolo de cooperação da CPLP no domínio da Defesa (Praia, 2006)*, onde foram expostas as diversas emendas ao protocolo original, não se afigurando razoável ao Brasil não haver um protocolo único, dando duas sugestões, nomeadamente a adoção da consolidação do protocolo de cooperação com as emendas num único protocolo ou, por sua vez, consolidar as emendas

Armando Sá Miranda

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]



num único documento, a ser ratificado pelos Estados-Membros. Neste momento pronunciou-se, tendo havido consenso pelos restantes Estados-Membros, de que as únicas entidades que poderão pronunciar-se acerca de periodicidade da reunião de MDN são as que efetivamente ratificaram este documento, ou seja, os próprios Ministros, para que estes se pronunciem e se possa chegar a uma solução. Ficou acordado que o SPAD receberá do Brasil um documento contendo a sugestão, no sentido de se realizar anualmente ou alinhar com a bienal dos Chefes de Estado e de Governo, e outro contendo a avaliação da situação dos protocolos.

- Por último, o CAE, na pessoa do seu diretor, Coronel Sá Miranda, apresentou o Relatório de atividades, não havendo nada a reportar por nenhum Estado-Membro (**Anexo M**).

Concluída a discussão dos pontos da agenda, o Major-General Nuno Lemos Pires, Diretor Nacional de Política de Defesa de Portugal, deu por encerrados os trabalhos da XVIII Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional ou Equiparados dos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, da qual se lavrou a presente Ata.

Lisboa, aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três.

O Diretor Nacional de Política de Defesa
do Ministério da Defesa Nacional, Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria
da República de Angola

Tenente-General Luís Inácio Muxito



O Chefe de Assuntos Estratégicos
do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa
da República Federativa do Brasil

Tenente-Brigadeiro-do-Ar Walcyr Josué De Castilho Araújo

P' O Diretor Nacional da Defesa
do Ministério da Defesa Nacional
da República de Cabo Verde

Dra. Carla Semedo Monteiro

O Diretor-Geral Interino de Política de Defesa Nacional
do Ministério da Defesa Nacional da República da Guiné-Bissau

Brigadeiro-General Mama Jaquité



P' O Diretor-Geral de Cooperação Militar
do Ministério da Defesa Nacional
da República da Guiné Equatorial

Sub-tenente Fernando Isaias Ondo Nnang

P'O Diretor Nacional da Política de Defesa
do Ministério da Defesa Nacional
da República de Moçambique

Major Gisene Adnes Utui Zualo Chavane

O Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional
do Ministério da Defesa Nacional
da República Portuguesa

Major-General Nuno Lemos Pires



O Diretor de Política de Defesa Nacional
do Ministério da Defesa e Administração Interna
da República Democrática de São Tomé e Príncipe

Dr. Kenente do Nascimento

P'O Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional
do Ministério da Defesa
da República Democrática de Timor-Leste

Coronel Mário Baptista 'Bersama'



ANEXOS

- A.** Agenda e Delegações da XVIII Reunião de DPDN/CPLP;
- B.** Declaração Guiné-Equatorial
- C.** Declaração Moçambique
- D.** Declaração São Tomé e Príncipe
- E.** Código De Conduta para a prevenção e proteção contra todas as formas de violência sexual relacionada com os conflitos
- F.** Declaração dos/as Ministros/as da Defesa Nacional ou Equiparados/as dos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre o Código de Conduta da Componente de Defesa da CPLP para a prevenção e proteção contra todas as formas de violência sexual relacionada com os conflitos, em particular a exploração e abuso sexual
- G.** Estrutura do Relatório Anual de Atividades da Componente de Defesa (CODEF)
- H.** Apresentação Inspeção-Geral da Defesa Nacional
- I.** Informe 4.^a edição Colégio de Defesa - Moçambique
- J.** Relatório 4.^a edição Colégio de Defesa - Moçambique
- K.** Apresentação Fórum Saúde Militar
- L.** Proposta da Nova Estrutura Orgânica do CAE/CPLP
- M.** Relatório De Atividades E Contas I Semestre 2023 – CAE